

PRF
GABARITO
EXTRAOFICIAL
DIREITO ADMINISTRATIVO



DIREITO ADMINISTRATIVO

Determinado órgão público firmou contrato administrativo com uma empresa de reconhecida especialização no mercado, para a prestação de serviços de treinamento de pessoal de natureza singular aos seus servidores. Durante a execução do contrato, a empresa descumpriu uma das cláusulas contratuais. A administração pública, então, aplicou multa por inexecução parcial do acordado. Insatisfeita, a empresa impetrou mandado de segurança no Poder Judiciário em face do ato administrativo que aplicara a penalidade sem prévia oitiva.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

86. A impetração de mandado de segurança configura controle judicial de mérito administrativo.

Embora seja possível o exercício do controle judicial sobre a Administração, somente poderá apreciar critérios de legalidade/legitimidade. Ou seja, o Poder Judiciário não analisa mérito administrativo.

Gabarito: ERRADO.

87. Órgão público é ente descentralizado da administração indireta que possui personalidade jurídica de direito público.

Órgão público é criado através da técnica administrativa conhecida como desconcentração. Integra a estrutura de uma mesma pessoa jurídica, não sendo dotado de personalidade jurídica.

Gabarito: ERRADO.

88. A aplicação da multa em questão decorre do poder administrativo disciplinar.

Existindo vínculo jurídico (contrato administrativo) entre o órgão público e empresa privada, a aplicação de sanção em razão do descumprimento de uma de suas cláusulas decorre do exercício do poder disciplinar.

Gabarito: ERRADO.

89. Essa situação caracteriza contratação direta por dispensa de licitação.

A prestação de serviços de treinamento de pessoal de natureza singular é hipótese de contratação direta por inexigibilidade, nos termos do art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da lei 8.666/93.

Gabarito: ERRADO.

90. O ajuizamento da ação judicial para conter eventuais abusos praticados pela administração pública caracteriza a aplicação do princípio da sindicabilidade.

O princípio da sindicabilidade pode ser entendido como a possibilidade de submeter à apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito, estampado no art. 5º, XXXV da CF/88.

Gabarito: CERTO.

Acerca da carreira de policial rodoviário federal, julgue os itens subsequentes.

- 91.** As atribuições do policial rodoviário federal de terceira classe, cuja jornada de trabalho é de quarenta horas semanais, incluem realizar patrulhamento e policiamento ostensivo.

As atribuições do policial rodoviário federal de terceira classe estão previstas no art. 2-A, §1º, IV da Lei 9.654/98 e incluem a realização de patrulhamento e policiamento ostensivo

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Gabarito: CERTO.

- 92.** A promoção do policial rodoviário federal para a segunda classe depende de participação em cursos de capacitação cujo conteúdo seja compatível com as atribuições do cargo e que tenha duração de, no mínimo, 150 horas.

Promoção do policial rodoviário federal da terceira para a segunda classe depende de participação em cursos de capacitação cujo conteúdo seja compatível com as atribuições do cargo e que tenha duração igual ou superior a 120 horas.

Gabarito: ERRADO.